

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES ASSENTADAS E QUILOMBOLAS EM SÃO PAULO

Adélia Oliveira de Farias¹
Luiz Antonio C. Norder²

Resumo: Este texto analisa a mobilização política de mulheres assentadas e quilombolas em São Paulo e a formação da Omaquesp (Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo), com destaque para sua atuação no sentido de combater a desigualdade nas relações de gênero e para a formulação de demandas coletivas e propostas de políticas públicas de forma geral para os assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas. A pesquisa mostra que a partir do final dos anos 90, houve uma intensa e significativa participação das mulheres assentadas e quilombolas no Estado de São Paulo e que a realização de encontros estaduais de mulheres destes grupos sociais tem grande relevância no fortalecimento da participação das mulheres rurais na esfera pública.

Palavras-chave: Participação Política; Mulheres Assentadas e Quilombolas; Desenvolvimento Rural.

Abstract: *This article analyses the woman political organization in land reform settlement and afro descendent communities in São Paulo and the creation of the Omaquesp (Settled and Quilombola Woman Organization in São Paulo). It emphasizes the mobilization against the inequality in gender relations at family level and the claim for a gender focus for the rural development public polices. The research shows that there was a intense*

¹Fundadora e Presidente da Omaquesp; discente do Bacharelado em Agronomia com Ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis na Universidade Federal de São Carlos; bolsista PIBIC/CNPq 2011. Email: adelia.farias@hotmail.com.

²Professor Adjunto do Departamento de Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: luiz.norder@cca.ufscar.br.

and significant political participation of these segments of rural woman in São Paulo State. Besides, it is argued that the organization of meetings at State level has a expressive relevance to the rural woman empowerment at the public arena.

Keywords: *Political Participation; Peasant Woman; Rural Development.*

Introdução

O debate sobre gênero e agricultura familiar junto aos movimentos populares no campo tem se intensificado nos últimos anos, reforçando a crítica à invisibilidade do trabalho feminino e ressaltando a perspectiva de se promover a inclusão da mulher em atividades profissionais e políticas (VERUCCI, 1999; LIMA, 2006). Ao mesmo tempo, um conjunto de instituições vem atuando no sentido de fortalecer a agricultura familiar e os assentamentos de reforma agrária.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, o modelo de agricultura familiar representa 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros e está associado à produção de boa parte dos alimentos consumidos no país (FRANÇA, 2009). A participação da mulher neste segmento é especialmente relevante. Cerca de 600 mil unidades familiares, correspondendo a quase 14% do total, vinham sendo administrado por mulheres, ao passo que nos estabelecimentos não-familiares, este percentual era 50% menor.

Neste contexto, cresce o número de mulheres rurais que se tornam arrimo de família e titulares de lotes em assentamentos. Essas mulheres foram construindo uma nova face para agricultura a partir dos quintais, onde muitas vezes são formados sistemas agroecológicos, em geral voltados para o aumento da qualidade de vida da família. O espaço doméstico na agricultura familiar e em populações tradicionais caracteriza-se por suas múltiplas funções: cuidados no quintal, na horta e no pomar, a criação de pequenos animais, a costura, o artesanato, a limpeza, o cuidar dos filhos e dos idosos etc.

Trata-se de um dos componentes das estratégias familiares de produção econômica e de reprodução social que geralmente não é contabilizado nem traduzido em um parâmetro econômico-monetário. O trabalho feminino na agricultura familiar, muitas vezes subestimado e historicamente concebido como "apoio eventual" ao trabalho masculino, contribui de forma decisiva para o aumento na qualidade de vida e para a diversidade do trabalho e da produção na agricultura.

No entanto, a agricultura familiar continua, em grande parte, reproduzindo

relações hierarquizadas de gênero, centradas na figura do pai como chefe de família - e com isso a mulher permanece no âmbito do não-remunerado, do não-comercializado, do invisível.

Mesmo que as mulheres tenham conquistado a igualdade formal nos direitos a terra na Constituição Federal de 1988, sua parcela de participação no programa de reforma agrária, se comparada a de outros países da América Latina, continua sendo muito baixa. A titulação em conjunto só passou a ser reivindicada a partir do ano 2000, uma década após a conquista do direito constitucional (DEERE, 2002).

Isso mostra o quanto é lenta a transformação na estrutura agrária, principalmente quando o direito destacado tem um forte corte cultural de gênero que tende a anular a presença da mulher na esfera pública: *"esta anulação na esfera doméstica ou a manipulação de sua participação na vida pública são produtos da dominação masculina, que muitas vezes, de tão naturalizada, tornou-se imperceptível para ambos os sexos"* (MORAES, SILVA, BARONE, 2011). As mulheres são maioria no país e assumem cada vez mais o comando das famílias.

O conceito de gênero expressa o entendimento que as diferenças são socialmente construídas. Isso significa que homens e mulheres são moldados pela sociedade, o ser homem e o ser mulher correspondendo a papéis sociais estabelecidos: masculino e feminino (CELUPPI; PANZER, 2006).

A partir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ampliou os direitos das mulheres à terra e elas passaram a ser obrigatoriamente incluídas em todos os procedimentos administrativos. Desde então, o índice de mulheres titulares de lotes de reforma agrária passou de 24,1% em 2003 para 55,8% em 2007. Famílias com mulheres "arrimo de família" passaram de 13,6% para 23% no mesmo período³. Houve portanto uma inserção das mulheres na direção e condução dos assentamentos mais intensa do que aquela verificada na agricultura familiar como um todo.

³Cf. Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2011: http://www.mda.gov.br/portal/aegre/programas/lt_Organizao_Produtiva.

A configuração de relações desiguais e hierarquizadas de gênero, nas quais o fazer masculino e o fazer feminino são pré-determinados, faz com que a mulher permaneça circunscrita ao campo privado, na casa e em seus arredores, na produção voltada para a subsistência familiar e em atividades tratadas como secundárias; ao mesmo tempo, aparece como uma "ajuda ao homem" no espaço onde "ele" desenvolve atividade que geram valor, excedente e dinheiro.

A mulher agricultora passa cada vez mais a questionar esta condição social no espaço rural, podendo elaborar estratégias como a migração, o enfrentamento ou a permanência em situação subalterna (STROPASOLAS, 2004). A dinâmica da família camponesa e suas relações sociais transformam-se mediante a ação do conjunto da família, com participação, ainda que desigual, de todos os seus membros, e não apenas uma consequência exclusivamente masculina tanto no que se refere ao processo produtivo como nas decisões nas esferas políticas e comunitárias.

Esta perspectiva torna-se relevante para a análise da organização e das características dos sete encontros estaduais de mulheres em São Paulo, bem como da formação da Omaquesp e dos convênios que esta associação estabeleceu com agências estatais visando a implementação de projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no âmbito do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Estas iniciativas contribuíram para que as mulheres pudessem se dedicar ao campo da educação e ao debate coletivo sobre o aprimoramento das políticas públicas para os assentamentos rurais e comunidades quilombolas. Com isso, o movimento de mulheres e a Omaquesp passaram a contar com o reconhecimento das demais entidades que atuam no campo em São Paulo.

No Estado de São Paulo, o mais urbanizado e industrializado do país, com população de aproximadamente 41,2 milhões de habitantes em 2010, foram criados assentamentos, vinculados a diferentes programas de reforma agrária, a partir do início dos anos 80, para um total aproximado de 16 mil famílias. Já o reconhecimento e titulação de terras de 35 comunidades quilombolas (agrupamentos ancestrais de populações negras em geral com histórico de resistência à opressão) foi objeto de políticas específicas, não apenas em São Paulo, mas em vários outros Estados, a partir da segunda metade dos anos 90, o que se desdobrou no Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Este texto tem o objetivo de analisar as principais características da mobilização política de mulheres assentadas, acampadas e quilombolas em São Paulo e, como parte destas ações, a criação da Omaquesp (Organização de

Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo). A realização da pesquisa contou com a análise de documentos da própria organização e com a realização de entrevistas semi-estruturadas com a finalidade de produzir uma interpretação qualitativa.

Contexto Histórico

Em meados dos anos 90, o Estado de São Paulo estava passando por profundas modificações no que diz respeito à atuação na área agrária e fundiária. O ITESP (Instituto de Terra do Estado de São Paulo), órgão responsável pela implantação dessas políticas na esfera estadual, era um dos principais atores do Plano de Ação para o Pontal do Paranapanema, que tinha o objetivo de destinar terras devolutas para os assentamentos de trabalhadores rurais e propiciar condições para viabilização das unidades de produção familiar que estavam sendo criadas.

O Plano de Ação, concebido como um instrumento de desenvolvimento regional, previa uma ação integrada de governo, além de ações voltadas para a estruturação da produção, incluindo assistência técnica, crédito e programas de fomento agropecuário. Foram desenvolvidas medidas para facilitar o acesso das famílias às políticas públicas, especialmente nas áreas de educação, saúde, habitação e eletrificação. Naquele período, eram expressivas as manifestações dos movimentos sociais, com a organização de ocupação de terras, reivindicação de criação de assentamentos e a melhoria das condições de vida para as famílias assentadas.

Algumas lideranças femininas já se destacavam na defesa da demanda social por melhores condições de vida para as famílias assentadas, principalmente para educação, saúde e para a criação de alternativas de geração de renda para a população jovem. Vale salientar, para ilustrar esse quadro, a ação dos grupos de mulheres de Mirante do Paranapanema, que enviaram para o então Governador Mário Covas um vídeo demonstrando a condição precária da Escola São Bento na Fazenda Haroldina, localizado no local hoje conhecido como *Pé de Galinha*.

Esta reivindicação das mulheres se desdobrou em diversas outras ações locais, que resultaram na formação de um centro comunitário de serviços, com posto de saúde, escola para 800 crianças, quadra poliesportiva e outros equipamentos sociais. Uma dessas mulheres assentadas era Nazaré de Montemor, que chegou a ser eleita vereadora em Mirante do Paranapanema.

Ao mesmo tempo, em 1996, um grupo de dez mulheres residentes no Assentamento Timboré, no município de Andradina, muitas delas esposas de

lideranças atuantes da área, foram ao ITESP para reivindicar crédito específico para as mulheres, apresentando um projeto de pequenas granjas e reivindicando apoio para fomento no então Departamento de Assuntos Fundiários (DAF). Acreditavam que tais unidades de produção gerariam retorno financeiro às famílias. Todas utilizavam vistosos lenços e chapéus – e por esta característica ficaram conhecidas por um longo período.

As famílias do Assentamento Timboré, naquele momento, não tinham mais direito ao crédito de investimento do Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), pois todos os recursos haviam sido irregularmente destinados a um projeto de eletrificação do assentamento. Os assentados ficaram endividados e sem acesso a outros meios de geração de renda, um fenômeno que também ocorreu em vários outros assentamentos em São Paulo. Naquele contexto, as *mulheres de chapéu* reivindicavam recursos específicos para seus projetos e o ITESP chegou a adquirir alguns itens necessários à construção das pequenas granjas para a criação de galinhas caipiras.

O grupo de mulheres de Andradina também questionou a assistência técnica do ITESP. Segundo as representantes, em discussões de grande importância, apenas eram chamados os "chefes de família", ou seja, "os homens da casa". Em assembléias, cada família tinha direito a um único voto – que era o voto masculino.

Inclusão de Gênero, Inclusão de Pauta

Uma das principais representantes desse grupo do Assentamento Timboré (Fátima) era uma líder bastante carismática, com histórico de formação e luta pelo MST, que havia acumulado muitas experiências e um grande envolvimento com as questões sociais - e que insistia na importância da participação das mulheres em todos os assentamentos como uma das formas de se ampliar a qualidade de vida no campo.

A partir destas atividades surgiu a idéia de realizar um primeiro *Encontro Estadual de Mulheres Assentadas* para discutir os assentamentos do ponto de vista das mulheres e para ampliar sua organização política e participação social. Assim, o *I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo*, realizado no município de Castilho em 1998, contou com a participação de 164 assentadas e de trinta técnicos do ITESP que participaram da organização e programação do evento, cujo objetivo principal era discutir o papel da mulher na organização das demandas comunitárias e no desenvolvimento da agricultura familiar.

O Secretário da Justiça e Cidadania do Estado e algumas autoridades

municipais estiveram presentes no evento. Os/as profissionais do ITESP apresentaram palestras sobre diversos temas, entre os quais: a organização política e direito das mulheres, cidadania, educação, saúde, lazer. O Encontro teve como foco principal a discussão sobre a importância da agricultura para as comunidades assentadas e a necessidade da participação das mulheres na realização de projeto de produção e de comercialização. Reafirmava-se reiteradamente o compromisso das mulheres presentes no sentido de atuar pela melhoria das condições sociais dos assentamentos, na elaboração de propostas e projetos de produção e geração de renda e na divulgação, junto às suas comunidades e à sociedade em geral, dos direitos das mulheres assentadas.

Foi naquela ocasião eleita a *Comissão Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo*, que tinha como objetivo acompanhar essa articulação e organizar encontros regionais e estaduais. Essas delegadas, com apoio do ITESP, comprometeram-se a repassar o resultado do Encontro para as mulheres de suas comunidades e incentivar o trabalho e a organização das assentadas na formação de associações e no fortalecimento dos grupos já existentes.

Salienta-se que, já naquela época, as mulheres reivindicavam a ampliação na contratação de assistentes sociais, destacando a importância da atuação destes/as profissionais nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, principalmente no que diz respeito à informação e acesso à previdência social. Argumentavam que os/as assistentes sociais poderiam introduzir no cotidiano dos técnicos uma discussão mais qualificada sobre os problemas de ordem social, valorizando a atuação dos grupos de mulheres e jovens. Elas pretendiam que esta abordagem fosse difundida para todas as outras áreas de assentamento e que as equipes técnicas do ITESP se empenhassem na construção de relações de gênero mais equitativas.

Naquele *I Encontro* de 1998 ficou clara a dificuldade de organização das mulheres na maioria das áreas, devido a vários fatores: os compromissos domésticos, a diversidade entre os assentamentos, a falta de informação para a elaboração de um diagnóstico dos problemas e de um plano de ação; a restrição nos meios de transporte, de comunicação e de apoio dos escritórios locais das agências governamentais.

Naquele período, pensou-se em mais uma estratégia para valorizar o conhecimento das mulheres sobre sua organização política, através da promoção de reuniões dos grupos locais de mulheres em vários assentamentos com as lideranças de Andradina, com a finalidade de fomentar a troca de experiências. O ITESP apoiou a participação duas assentadas (Fátima e Vilma) do

Assentamento Timboré em algumas dessas reuniões, nas quais foram discutidos vários assuntos de interesse das assentadas, como a previdência, educação e saúde, entre outros. A assentada Fátima narra sua história de luta e as estratégias de ação para fazer com que o assentamento pudesse conquistar alguns desses direitos, ressaltando sempre a necessidade da construção de uma política específica para as mulheres assentadas.

A intenção de organizar as mulheres assentadas persistiu no Estado de São Paulo ao longo dos anos 90, com alguns acúmulos também em outras regiões, como é o caso do grupo de "mulheres da terra" no assentamento Sumaré II. Esse grupo, criado no início dos anos 90, foi fundado pela assentada Aparecida Segura. Muitas das participantes destas reuniões eram lideranças em suas comunidades, vinculadas à movimentos sociais de luta pela terra, e que se lançavam em no desafio da construção de um movimento autônomo de mulheres rurais.

Em dois desses eventos houve a participação de convidadas como Adélia Schmitz, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), com bastante expressão em Chapecó/SC e que veio a ser uma espécie de referência no movimento de mulheres. Ela, posteriormente, resumiu esta atuação da seguinte forma:

O MMC se caracteriza por ser um movimento autônomo; quem decide os rumos são as mulheres organizadas; nós não somos mandadas por sindicato, por igrejas, nós mesmas definimos o que queremos. As decisões somos nós que tomamos, somos um movimento democrático e popular; as mulheres têm voz e voto. (CF. PALESTRANO IV ENCONTRO, Euclides da Cunha/SP, 2002).

O MMC, que vem atuando na organização das mulheres trabalhadoras do campo desde 1981 (SALVARO, 2008), se apresentava com base suficiente para eleger vereadoras em muitos municípios catarinenses e contribuiu de forma decisiva para eleger Luci Choinacki, a primeira mulher agricultora no Congresso Nacional.

A Organização via Encontros

As demandas comunitárias relacionadas à produção, educação e saúde e outros assuntos, identificadas por diversas mulheres da organização e por alguns funcionários do ITESP, norteou a realização dos encontros de mulheres. Havia

certo apoio do governo estadual, que manifestava a intenção de formular políticas públicas que incorporassem as demandas apresentadas pelas mulheres. Isto fez com que esta forma de organização política de mulheres, realizada em boa medida através da organização de Encontros, fosse bastante questionada pelos movimentos sociais de luta pela terra que atuavam em São Paulo naquele período.

Vimos que o *I Encontro Estadual de Mulheres Assentadas do Estado de São Paulo* foi realizado em 1998 e teve o objetivo principal de discutir o papel da mulher na organização das comunidades para a conquista da cidadania e para o desenvolvimento da agricultura familiar. Rosa Oyassi, assentada em Araras/SP, afirma, no entanto, que "*nesse encontro as agricultoras tiveram pouca intervenção, apenas se limitando em ouvir o que os programas de governo ofereciam*" (cf. entrevista em agosto/2011).

O *II Encontro Estadual de Mulheres Assentadas* foi realizado no município de Rosana (região do Pontal do Paranapanema) em 1999, contando com a participação de 245 mulheres. Prevaleram as discussões sobre o papel das mulheres assentadas, com destaque aos assuntos ligados ao seu cotidiano e ao meio ambiente.

O *III Encontro de Mulheres Assentadas* foi realizado em Promissão, no ano 2000 com a participação de 335 agricultoras, representando aproximadamente 100 comunidades de assentamentos, acampamentos e de áreas quilombolas, além da participação de 73 técnicos da fundação ITESP e convidados(as). Este *III Encontro* também teve o objetivo principal de discutir a organização de mulheres para a cidadania e para o desenvolvimento da agricultura familiar e desdobrou-se, nos meses seguintes, na realização de várias reuniões locais e regionais com representantes de grupos de mulheres.

O expressivo número de participantes, notadamente em um ano de eleições municipais, juntamente diante das demandas apresentadas pelas comunidades, tornou este *Encontro* um objeto de disputa tanto no plano das formulações, como de direção. Compunha a pauta de discussões a titulação das terras públicas, educação, saúde, eletrificação, produção, crédito especial para as mulheres, reservas ambientais. As mulheres começaram a ampliar a pauta de discussão política – e com maior autonomia em relação às orientações dos técnicos estatais.

Naquele *III Encontro*, que contou com a participação de representantes de vários movimentos que vinham atuando no campo naquele período, a discussão sobre inclusão das mulheres na titulação da terra era concebida como parte de uma dívida histórica derivada das desiguais relações de gênero. Criticava-se com isso um determinado modelo de reforma agrária que reproduzia o sistema

tradicional da propriedade e que negava às mulheres o pleno direito à terra.

Em uma das oficinas ocorridas durante o evento, que contou com a participação de representantes do INCRA de Brasília, as mulheres colocaram como principal reivindicação a anistia das dívidas oriundas do Procefa que deveriam ter sido utilizadas na produção e que tinham sido realocadas para a construção de redes de eletrificação rural nos assentamentos em Promissão, Andradina, Rancharia e Araraquara.

Isso ilustra a forma como as mulheres assumiram um papel protagonista na construção das condições de vida nos assentamentos. O conjunto de temas discutidos durante esses *Encontros* não deixa dúvidas de que havia um crescente e diversificado interesse do movimento de mulheres pelo conjunto de questões referentes às políticas públicas para os assentamentos. O acesso à eletricidade, cujo impacto na vida doméstica é bastante intenso, foi objeto de uma ampla articulação política das mulheres assentadas.

Alguns mediadores, durante o *III Encontro*, tiveram uma participação de grande relevância para a formulação de propostas e encaminhamento de políticas públicas, como é o caso de Tânia Andrade, então Diretora Executiva do ITESP, e de Walter Bianchini, na época representando o DESER (Departamento de Estudos Econômicos Rurais), e que fomentou uma análise de conjuntura que direcionou o *Encontro* para as questões produtivas, como a agroindustrialização e a comercialização.

Além disso, grupos de mulheres com experiências em produção coletiva puderam trocar experiências com as demais participantes. Durante os *Encontros*, havia uma grande diversidade de produtos que essas mulheres traziam, por exemplo: café beneficiado, hortaliças, doces artesanais e roupas.

A Diversidade e a Organização de Mulheres

A realização dos *Encontros* de mulheres no Estado de São Paulo deparava-se com forte limitação de recursos para transporte, alojamento, alimentação e outros custos. Este condicionante repercutia também no estabelecimento de uma dependência em relação ao Estado, no caso, o ITESP. Paralelamente, esboçava-se a proposta de se criar construir uma organização de mulheres de forma autônoma e que pudesse sistematizar as reivindicações que emergiam deste processo de mobilização.

A pauta de negociação junto ao Estado foi se tornando bastante abrangente, mas com um foco crescentemente direcionado para dois grandes componentes: a implantação do Programa de Saúde da Família e a Alfabetização de Jovens e

Adultos, dado o elevado índice de analfabetismo nos assentamentos. Quanto à infra-estrutura, a pauta incluía crédito para habitação, acesso à água, energia, estradas, transporte, telefonia e calcário, entre outros itens.

No que se refere ao meio ambiente, destacava-se a relevância da participação das mulheres na preservação de matas ciliares e de reservas florestais, além do interesse na reciclagem de materiais. Reivindicava-se a participação dos(as) assentados(as) no Conselho do PRONAF (Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar), a criação de linhas de crédito para as mulheres e a formulação de uma política de gênero para as atividades das agências governamentais.

Quanto à organização das mulheres, o *III Encontro* definiu ainda como diretriz a construção de sua autonomia em relação ao Estado. Foi então sugerida a criação de uma organização das mulheres assentadas, acampadas e quilombolas do Estado de São Paulo, contemplando todas as vertentes políticas existentes nos assentamentos, com a definição de comissões regionais e estadual.

No *IV Encontro*, realizado em 2001 no município de Araraquara, que contou com a participação de aproximadamente 360 mulheres, foi definida a mais completa pauta de reivindicações que norteou a organização política de mulheres rurais do Estado. Para Tânia Mara Baldão, esse *Encontro* foi fundamental para a criação da Omaquesp. Reforçava-se a noção de que era preciso aprofundar a construção da autonomia para conquistar maior credibilidade:

As próprias mulheres começaram a ver as dificuldades nos assentamentos e começaram a se reunir. Sempre que uma liderança desses grupos vinha, corríamos atrás, indo até as prefeituras etc. A partir de então começaram a realizar os encontros de mulheres, onde se encontravam com mulheres de outros assentamentos e elas perceberam que os problemas enfrentados eram quase sempre os mesmos. Então surgiu a idéia e a vontade de se organizar no nível de Estado (INTEGRANTE DA OMAQUESP, CITADO POR VALENCIANO, 2002).

Valenciano (2002; 2006) mostra que as próprias mulheres começaram a identificar as dificuldades nos assentamentos e começaram a se reunir localmente. O ITESP favoreceu a coordenação dos grupos de mulheres nos assentamentos, que já estavam em processo de formação desde 1986, em Sumaré, em Promissão, Andradina e no Pontal do Paranapanema. Entre as reivindicações daquele período estavam o reconhecimento da profissão de agricultora, o acesso ao salário

maternidade e as mudanças no sistema previdenciário.

Dinâmicas, Simbologias e Identidades

Após o *IV Encontro*, um grupo de 36 mulheres se reuniu em Promissão, em 28 de fevereiro de 2002, para discutir os encaminhamentos relacionados à deliberação de se criar uma associação de mulheres. Houve a presença de diversos mediadores: funcionários do ITESP, do MST, a advogada Dra. Mercedes Lima (Comissão de Mulheres da OAB/SP) e a Prof. Dra. Miriam Lourenção, da UNESP de Marília, além de estudantes da mesma universidade.

Desde sua fundação, como vimos, a Omaqesp foi norteadada por uma expressiva diversidade de interpretações sobre as linhas de ação, inclusive em relação à sua própria criação. Mesmo entre as 36 mulheres presentes na reunião, este era um assunto polêmico. Para algumas das presentes, a Omaqesp deveria ser uma ONG (organização não governamental) para buscar recursos, sem necessariamente romper a relação com o Estado. O nome Omaqesp também deu margem para boa discussão.

Uma das participantes argumentava que a Omaqesp deveria ser "*um braço em um corpo maior*", no caso, a Comissão Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas. Para outras, a Omaqesp teria que substituir esta Comissão, ter autonomia e deixar para outro momento a decisão sobre seu perfil e formas de atuação (se de quadro ou de massas, se uma entidade feminista ou feminina). As mulheres militantes do MST decidiram não participar da associação argumentando que esta linha de atuação levaria à uma divisão na luta social no campo.

Agregar em uma mesma entidade grupos como assentadas e quilombolas levava a uma reflexão sobre a própria noção de reforma agrária. Argumentava-se que as comunidades quilombolas já estavam envolvidas na luta pela terra desde os tempos da escravidão. Os assentados seriam, nesta construção de identidade, os novos quilombolas. Algumas participantes sugeriram incluir as acampadas, o que veio a ser refutado sob o argumento de que a situação dos acampamentos é temporária e que a fase definitiva era a de serem assentadas ou quilombolas. Houve, no entanto, participação de acampadas em todos os *Encontros*.

Surgia assim, em meio a tais controvérsias e indefinições, a Omaqesp, com planejamento estratégico, estatuto e logomarca. O Estatuto da Omaqesp definia a entidade como ferramenta fundamental para uma ampliação na participação das mulheres na vida pública de uma forma geral e deixava claro que o objetivo da entidade era o desenvolvimento das mulheres e de suas comunidades, do

ponto de vista socioeconômico, cultural e educacional:

[...] promover em todos os níveis a defesa e a proteção dos direitos e interesses das mulheres em sua comunidade, visando à eliminação das discriminações, promover o bem estar e a integração das mulheres na vida social, econômica, política e cultural, buscar recursos e política pública junto ao Estado de acordo com o interesse da comunidade.

Durante a reunião de fundação da Omaquesp, houve empenho das lideranças no sentido de se criar uma simbologia relacionada ao movimento. Para tanto, foram realizadas três dinâmicas: uma utilizando um kg de argila, para a criação da logomarca da entidade, incluindo as participantes do Encontro que resolveram não aderir à Omaquesp; em uma segunda dinâmica, várias pedras brancas foram colocadas no interior de uma bacia com água, para que cada fundadora da entidade retirasse uma das pedras, incluindo a produção de uma fotografia daquele momento; e uma terceira dinâmica, na qual todas as participantes do Encontro escreviam em uma folha de papel os episódios de tensão e discórdia que pudessem no futuro vir a destruir as organizações coletivas e prejudicar o relacionamento entre as pessoas – e todas as folhas foram agrupadas e queimadas em um caldeirão de ferro.

A primeira dinâmica, que levou à elaboração do logotipo, incluía a intenção de se construir uma identidade sócio-política para o grupo. Um quilo de argila foi passando de mão em mão para que fosse moldada uma marca representativa da entidade, do conjunto de mulheres ali presentes e dos princípios da organização que estava sendo fundada. Cada mulher tentava fazer uma obra completa.

Esse símbolo passou por diversos formatos: flores, anjo de guarda etc. No final da roda, uma das agricultoras moldou um coração e com a sobra da argila foi completando o símbolo do feminismo. Após a dinâmica foi feita uma discussão sobre as imagens. A idéia da logomarca foi construída no próprio dia da fundação da Omaquesp e foi enviada para a SOF (Sempre Viva Organização Feminista), uma entidade parceira que construiu a versão final da logomarca.

A cor vermelha definia a Omaquesp como entidade de classe, o que contrariava alguns segmentos da entidade, principalmente porque uma das companheiras havia sido eleita vereadora. Algumas pessoas e funcionários/as do ITESP propuseram que a marca fosse vinculada à imagem de *mulheres de chapéu*. Consolidava-se a noção de que a Omaquesp precisava construir uma concepção

empreendedora, com mulheres com boa auto-estima e que tivessem disposição para lutar pela educação e pela geração de renda, entre outras demandas.

No período subsequente, no entanto, a Omaquesp passou por expressivos refluxos, gerando um relativo descrédito por parte de pessoas vinculadas a outras instituições, que não acreditavam que a entidade pudesse ter continuidade ao longo do tempo.

A Estruturação da Omaquesp e o Foco na Educação

Em 2002, no Município de Euclides da Cunha, região do Pontal do Paranapanema, ocorreu o *V Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo*, que contou com a participação de aproximadamente 400 mulheres representando diferentes regiões do Estado. Foram discutidos temas como educação, previdência social e titularidade da terra em áreas de reforma agrária.

As representantes da Região do Pontal do Paranapanema desistiram em bloco de participar da Omaquesp, com o argumento de que era preferível construir a OMAP (Organização de Mulheres do Pontal do Paranapanema), tendo em vista a distância entre seus municípios de origem e os das demais dirigentes da entidade em formação. Outras militantes manifestavam maior afinidade com os coletivos de gênero dos movimentos sociais e/ou sindicais. Assim, a fundação da Omaquesp ocorreu com a adesão de apenas uma parte das mulheres que vinham se organizando nos *Encontros*.

O *VI Encontro Estadual de Mulheres Assentadas e Quilombolas*, realizado em 2003 no município de Araras, contou com a participação de aproximadamente 430 mulheres, com uma série de discussões sobre políticas públicas. O grupo da Região do Pontal do Paranapanema manteve a proposta de fortalecer a OMAP (Organização de Mulheres do Pontal do Paranapanema) e parte das militantes continuou manifestando preferência por uma inserção da pauta gênero no interior dos movimentos sociais de luta pela terra.

Tal pluralidade não impediu, todavia, que houvesse uma expressiva contribuição destes Encontros no sentido de fomentar o debate específico sobre as questões de gênero nos movimentos populares. Os *Encontros* aglutinavam toda uma pauta de reivindicações, mas, além disso, apresentavam uma simbologia e representavam uma forte expectativa para as mulheres. Além disso, a construção de uma entidade de mulheres rurais já era um fato político consumado no Estado de São Paulo.

A diretriz, reforçada a partir de 2003, de se tratar a educação como um

componente estratégico para a Omaquesp, tendo em vista sua importância para a redução das desigualdades sociais, veio a ser efetivado, inicialmente, com a realização de um Convênio de Alfabetização INCRA/Unimep, no ano de 2006, após dois anos de tramitação.

A Omaquesp passa então a atuar no âmbito do Pronera, o que veio a ser implementado a partir de janeiro de 2006, com a elaboração conjunta e aprovação do Convênio Unimep/INCRA para a criação de 11 salas de alfabetização. A tramitação para a realização desse convênio estendeu-se de 2003 a 2005, enfrentando variados empecilhos políticos e administrativos. O Projeto foi iniciado com a realização de assembléias nas comunidades. Foram alfabetizados 259 agricultores distribuídos nos diversos assentamentos nos municípios de Bebedouro, Sumaré, Guatapar, Jaboticabal e Pradópolis. As aulas aconteciam nos espaços comunitários e os educadores faziam avaliação e planejamento das atividades curriculares e extracurriculares.

Esse projeto contribuiu para consolidar a Omaquesp como parte do movimento social, com atuação crescente na educação e presença ativa também no Curso de Pedagogia da Terra oferecido pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), com oito de suas educadoras cursando pedagogia.

A entidade volta então a indicar a necessidade de organização do *VII Encontro Estadual*, que veio a ser realizado em Araraquara em entre os dias 28 a 30 de março de 2006, com o objetivo central de problematizar as relações de gênero, a educação e a geração de renda. O tema do Encontro era *Mulheres e Organização política, geração de renda e educação*. Havia uma expressiva diferença em relação aos encontros anteriores. A Omaquesp estava mais estruturada e o *Encontro* chegou a ser noticiado pela TV Record News e notava-se uma intensa participação de representantes do governo Federal e Municipal e de outras entidades que vinham atuando no campo paulista.

Encontrava-se já em funcionamento, com a participação da Omaquesp, o curso de Pedagogia da Terra pela UFSCar e o convênio de EJA com a Unimep/INCRA (VIEIRA, 2007). A condução das oficinas no *Encontro* reforçava a percepção de que a Omaquesp vinha conseguindo se desenvolver. As agricultoras participantes conseguiram se hospedar em hotéis, com apoio financeiro do INCRA/SP e do MDA e apoio logístico e político da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo).

A advogada da Feraesp, Dra. Olga Maria, colaboradora da Omaquesp que atuava na OAB com a Lei Maria da Penha, compareceu ao evento e falou sobre as relações de gênero e reforma agrária. Para ela, era necessário que as mulheres

fizessem uma nova reflexão sobre seu papel na família, pois a mulher já vinha conquistando o acesso ao crédito rural e às políticas públicas, o que demonstrava seu protagonismo na melhoria das condições de vida e de trabalho nos assentamentos. Era também o momento de se enfrentar e superar mais um desafio: o da violência doméstica. Foi consensual entre as mulheres presentes que o Estado deveria retirar os indivíduos violentos dos assentamentos.

Rosa Oyassi, que acompanha a questão quilombola na Omaquesp, falou sobre a importância da participação das mulheres quilombolas na entidade. A Profa. Dra. Dulce Whitaker (Unesp/Araraquara, pesquisadora do CNPq) argumentou sobre a indissociável relação entre gênero e educação. Para ela, a mulher deveria lutar para conquistar uma educação que valorizasse o feminino (educação pela terra, meio ambiente, agroecologia).

O analfabetismo apesar da persistência está diminuindo. Os assentamentos de reforma agrária ressocializam as pessoas porque estão organizadas e reivindicam seus direitos. Em 1996, o I Censo da Reforma Agrária do Brasil registrou o índice de 29,5% de analfabetos nos assentamentos. O Censo Demográfico de 2000 registrou que 30,7% da população do campo eram analfabetas. A Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária revelou que a população analfabeta acima de sete anos de idade é de 7,4%, ou seja, o menor índice de analfabetismo do campo brasileiro está nos assentamentos de reforma agrária (FERNANDES, 2003).

Neste *VII Encontro* tornava-se notório o crescimento da Omaquesp. Os debates tinham mais contundência sobre as questões de gênero, organização e as participantes tornavam-se mais seguras no sentido de exigir do Estado a formulação e implementação de políticas públicas para os assentamentos e áreas quilombolas.

Propunha-se no *Encontro* a criação de espaços específicos para as mulheres nas áreas sociais dos assentamentos, com a finalidade de incentivar sua organização política e social; e delineava-se como prioridade a efetivação dos direitos das mulheres, com destaque para a aposentadoria e o acesso ao auxílio maternidade. Mais uma vez, a previdência se afigurava com um tema em destaque, levando em conta que as mulheres dos assentamentos e comunidades quilombolas vinham manifestando essa demanda desde o início dos Encontros.

Durante uma oficina sobre geração de renda, surgiram algumas propostas concretas: a criação de cozinhas comunitárias para trabalhadores rurais, através

do aprimoramento de 128 padarias até então criadas a partir de recursos do Governo do Estado; a melhoria na comercialização do artesanato, a organização de uma cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs, a captação de recursos para as mulheres junto ao PRONAF e outras linhas créditos, a elaboração de projetos de desenvolvimento e a reivindicação de liberação de um técnico para colaborar com a elaboração e o desenvolvimento destes projetos.

Trajatória, Desdobramentos, Perspectivas

O universo sociocultural masculino inclui um amplo repertório de atividades no espaço público, como as partidas de futebol, os bares, as reuniões, o comércio etc. Muitas dessas mulheres sentiam-se intimidadas pela figura expressamente masculina na condução das demandas sociais e políticas das comunidades. Por falta de opção, as mulheres passam a ser em geral uma mera espectadora de atividades ocorridas fora da esfera doméstica. Nos grupos de mulheres e nos *Encontros*, o direito à palavra surge da necessidade de cada participante de se expressar.

Os *Encontros* realizados e as diretrizes da Omaqesp reforçavam a importância de se de se formar novas lideranças e de se viabilizar a presença das mulheres em eventos para além do ambiente doméstico. Os grupos de mulheres começaram a se constituir como um espaço social importante para sua organização. A tabela abaixo resume as principais informações sobre a organização dos *Encontros*.

Tabela 1 – Organização de Encontros de Mulheres Assentadas e Quilombolas em São Paulo

<i>Evento</i>	<i>Ano</i>	<i>Município</i>	<i>Delegadas *</i>	<i>Resumo</i>
I Encontro	1998	Castilho	164	Seu objetivo principal era discutir o papel da mulher na organização das comunidades para a conquista da cidadania e para o desenvolvimento da agricultura familiar.
II Encontro	1999	Rosana	245	Prevaleram as discussões sobre o papel das mulheres assentadas, com destaque aos assuntos ligados ao cotidiano e ao meio-ambiente.
III Encontro	2000	Promissão	335	Neste Encontro houve a incorporação de representantes dos quilombos na Comissão Estadual de Mulheres. Estiveram presentes 15 mulheres quilombolas.
IV Encontro	2001	Araraquara	360	Deste Encontro saiu a mais completa pauta de reivindicações que norteou a organização política da organização de mulheres rurais de São Paulo. Participaram 12 mulheres quilombolas.
V Encontro	2002	Euclides da Cunha	400	Foram discutidos temas como educação, previdência social e titularidade da terra. Constitui-se formalmente a OMAQUESP. Participaram 10 mulheres quilombolas.
VI Encontro	2003	Araras	430	Neste Encontro foram discutidas algumas políticas públicas do governo federal, com a participação de 6 mulheres quilombolas.
VII Encontro	2006	Araraquara	289	O tema principal foi Educação, negociação coletiva para projetos produtivos de mulheres e direitos inscritos na Lei Maria da Penha. As quilombolas não participaram por ausência de condições logísticas.

(*) Este número não inclui convidados, funcionários públicos, professores, pesquisadores, estudantes, colaboradores e simpatizantes, apenas o total de delegadas representantes das comunidades de assentamentos e quilombolas.

Em entrevista por email em maio de 2011, a advogada Dra. Mercedes Lima, que construiu em conjunto com as agricultoras o estatuto da Omaquesp, tece alguns comentários sobre a trajetória da entidade e deste movimento de mulheres em São Paulo, bem como sobre sua interação neste processo enquanto mediadora:

Emocionei-me (sincera e realmente) neste momento em que abri seu e-mail [de Adélia Oliveira de Farias], lágrimas aos meus olhos. Que coisa bonita! É verdade, acho que ninguém sabe o que a gente trabalhou para a formação da Omaquesp. Cheguei a ouvir (quando atendi ao pedido de vocês na OAB/SP de ir aqui e ali...) que eu estava perdendo meu tempo, pois as mulheres do campo não conseguiam se organizar enquanto feministas, e outras bobagens. Acho que foi por isso que chorei! Fui atendendo vocês. A glória é de vocês, toda de vocês, eu apenas acreditei na luta de vocês, como creio até hoje que cumpri simplesmente meu papel (ENTREVISTA COM ADRA. MERCEDES LIMA, 2011).

No segundo semestre de 2011, a Omaquesp já se preparava para firmar um terceiro convênio com a Unimep/Pronera/INCRA, tendo aprovado a instalação de 30 salas de EJA no Estado para 2012. Há também o planejamento de realização do *VIII Encontro de Mulheres*. Para as dirigentes, o ponto fraco da organização continua sendo a reduzida disponibilidade financeira para sua viabilização dos *Encontros*.

Ao longo do processo de organização dos *Encontros*, que vinham reunindo um número expressivo e crescente de mulheres, nota-se a presença e participação de mulheres jovens tanto na organização política como na realização de atividades pedagógicas:

A principal dificuldade de trabalhar a alfabetização é educar os idosos que me viram criança e me ensinaram tudo o que eu sei de reforma agrária; dizer para eles que eu também tinha algo para ensinar me deu um frio na barriga, até que eu me acostumei e ganhei segurança com a pedagogia do Paulo Freire (CF. ENTREVISTA DE VANIA DALILA SILVA DE SOUZA, EDUCADORA NO ASSENTAMENTO GUARANI EM PRADÓPOLIS, DIRIGENTE DA OMAQUESP, 2010).

Segundo a dirigente Tânia Mara Baldão, moradora no Assentamento de

Córrego Rico no Município de Jaboticabal, a organização de mulheres no Estado se desdobrou na realização de três projetos de educação pelo Pronera. Outro projeto foi realizado por 16 educadoras que trabalharam alfabetização e letramento para 300 beneficiários da reforma agrária.

Considerações Finais

A organização política de mulheres assentadas e quilombolas caracteriza-se pela constituição de uma agenda de debates, de formulação de demandas sociais para os assentamentos e comunidades quilombolas de forma geral, e sobre as relações de gênero em particular. Observa-se, por um lado, uma contínua ampliação da pauta de temas em discussão e de reivindicação e, por outro, uma atuação mais focada em projetos educacionais.

A realização de Encontros de Mulheres evidencia uma grande importância nesta dinâmica de participação política, tanto pela oportunidade de diálogo e trocas de conhecimentos, como pela afirmação da atuação autônoma da mulher na esfera pública.

Uma das questões mais relevantes nesta trajetória da Omapesp refere-se à sua própria criação, o que chegou a ser interpretado como uma segmentação em relação aos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente em relação ao MST. Além disso, a criação de uma organização política de mulheres assentadas na região do Pontal do Paranapanema, devido à distância e à dificuldades de locomoção e comunicação, fez com que fossem criados outros grupos de ação política de mulheres trabalhadoras rurais em São Paulo.

A constituição de uma pauta de discussão e de reivindicação social contribuiu significativamente para a formação dos assentamentos de reforma agrária em São Paulo, uma vez que fez com que temas até então invisíveis, como a titularidade das mulheres na reforma agrária, entre outros, viessem a ganhar maior ressonância e tornar-se um componente da regulamentação e dos processos decisórios. O movimento de mulheres assentadas e quilombolas e a criação a atuação da Omapesp representam, portanto, um componente altamente relevante na história da luta das mulheres e na luta pela reforma agrária no Estado de São Paulo.

Referências

BRASIL. IBGE **Censo Demográfico 2000**: Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CELUPPI, D.; PANZER, M. H. **A gestão do trabalho a partir do olhar das mulheres agricultoras familiares.** Relatório de pesquisa, RIMISP, UERGS: Francisco Beltrão, 2005 (mimeo).

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no Governo Lula: A Esperança.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2003.

FRANÇA, C. G. et al. **O Censo Agropecuário de 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

LIMA, M. E. B. (org.). **Mulheres da CUT: Uma História de Muitas Faces.** São Paulo: CUT, 2006.

MORAES, A. P. S.; SILVA, E. A.; BARONE, L.A. A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.14, n.1, p.115-133, 2011.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S. O desafio de protagonizar questões: uma releitura da criação do movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina. VIII Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder, 2008. In: **Anais...**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

STROPASOLAS, V. L. **O valor do casamento na agricultura familiar.** Estudos Feministas, 12(1), p.253-267, janeiro-abril 2004.

VALENCIANO, R. C.; TOMAZ Jr, A. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe. **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, vol. VI, nº119, agosto de 2002.

VALENCIANO, R. C. **Organização das Mulheres no Pontal do Paranapanema: O caso Omaquesp.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2006.

VERUCCI, F. **O Direito da Mulher em Mutação**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

VIEIRA, M. A. L. Educação em Assentamentos Rurais: Avaliando a Experiência de Alfabetização no Pronera. IX Seminário de Extensão, 2007. In: **Anais...**, Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2007.